

Estrutura familiar e desempenho escolar dos filhos

Palavras-chave: Arranjos familiares. Monoparentais. Desempenho escolar.

Autoras:

Maysa de Medeiros Pereira Abdo

Luciana Soares Luz do Amaral

Estrutura familiar e desempenho escolar dos filhos

RESUMO

Os diferentes arranjos familiares que surgiram ao longo das últimas décadas, principalmente o crescente número de famílias monoparentais (famílias compostas por apenas um dos pais, geralmente a mãe) fizeram surgir preocupações em relação ao bem-estar infantil. Assim, o presente estudo buscou identificar se existem diferenças entre filhos de 6 a 14 anos de famílias intactas e partidas, no que diz respeito ao desempenho educacional, medido através da distorção idade-série. Para isso, foi utilizado a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano de 2014, e empregado o método *Logit*. Os resultados encontrados foram significativos sugerindo que as variáveis utilizadas afetam o desempenho educacional. Dentre os resultados mais relevantes, a renda mensal domiciliar per capita mais alta e o maior nível educacional das mães são as variáveis que impactaram de forma mais positiva a distorção idade-série. Também apresentaram resultados favoráveis ao bom desempenho educacional, ser mulher, branca, possuir computador, carro, moto, banheiro, água canalizada e esgoto. Analisando os resultados, o tipo de família influencia na probabilidade dos filhos apresentarem distorção idade-série.

Palavras-chave: Arranjos familiares. Monoparentais. Desempenho escolar.

INTRODUÇÃO

A família é definida por Medeiros e Osório (2001) como uma instituição onde seus membros possuem laços de parentesco e criam direitos e obrigações entre si. A coabitação desses tem um forte papel na organização das famílias no Brasil, e por isso, arranjo familiar pode ser similar a arranjo domiciliar. Assim, a definição de arranjo está relacionada com a coabitação de pessoas que reconhecem um grau de parentesco com a pessoa de referência em um mesmo domicílio.

As mudanças na organização da família, como a redução do seu tamanho, estrutura e composição podem ser relacionadas com a transição demográfica, considerando as mudanças que ocorreram no envelhecimento da população, a queda da fecundidade e o adiamento da idade para ter filho. Essas transformações mudaram as configurações familiares, o tamanho da família e as relações entre os membros que a compõe. Essas mudanças, que ocorrem ao longo do processo da transição demográfica, causaram importantes impactos sobre os recursos disponíveis para as crianças, tanto dentro da família, quanto dentro da sociedade, pois também modificou o tamanho das coortes de nascimento e a estrutura etária das populações (LAM; MARTELETO, 2008).

A estrutura dos arranjos familiares está diretamente relacionada com a interação dos pais com os filhos, e por isso, é importante analisar a sua composição, compreendendo o papel de seus membros, observando o número de filhos dentro de cada família, bem como a convivência com outras pessoas, da mesma idade ou mais velhas (SILVA; HASENBALG, 2002). É evidente a necessidade de aprimorar a definição comum da família para incluir uma estrutura mais ampla, inserindo as diferentes configurações familiares cada vez mais comuns nas sociedades, além da tradicional família nuclear, composta por pai, mãe e filhos (BUCHMANN; HANNUM, 2001). A noção de família tradicional intacta, com o casal e filhos, onde o pai é responsável por trabalhar e sustentar o lar, e a mãe que deve cuidar da casa e dos filhos, apesar de ainda ser preponderante, vem perdendo espaço. O crescente número de famílias partidas ou monoparentais, chefiadas por apenas um dos pais trazem preocupações sobre os possíveis impactos que os filhos podem sofrer (AMATO; KEITH, 1991). Os principais motivos dessas mudanças estão relacionados com o menor número de matrimônios, aumento do número de separações, atraso na união, aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e redução do número de filhos por mulher (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010).

É comum atribuir à família o papel preponderante na qualidade de vida de seus membros e nas decisões de consumo relativas à saúde, moradia, educação e participação no mercado de

trabalho (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010). Além disso, a família é vista como uma instituição importante para a definição da identidade e do desenvolvimento infantil, influenciando fatores como a socialização da criança, que pode estar diretamente relacionada com comportamento escolar, atitudes, valores, aspirações futuras e aspectos emocionais (SEBEN, 2010). Nesse cenário, as decisões de como serão dispostos os recursos referentes à educação dos filhos se tornam importantes, pois essa é considerada a principal maneira de reduzir desigualdades sociais e ser um fator importante para o desenvolvimento econômico dos países. Atualmente, a teoria do capital humano incorpora virtudes pessoais, habilidades, experiências, características da personalidade e a capacidade de aplicar o aprendizado de maneira efetiva e original, tornando-se necessário compreender os possíveis impactos do aumento da complexidade das relações familiares que ocorrerem a partir de meados dos anos 1960 sobre os filhos (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010). Mare (1981) afirma que os pais transferem para os seus filhos não apenas recursos financeiros, mas também recursos sociais e comportamentais, que são capazes de influenciar no desenvolvimento das crianças. Indivíduos que possuem maiores níveis educacionais, geralmente possuem mais renda e conseguem proporcionar aos filhos melhores condições para o estudo, criando um ambiente mais propício para as crianças.

As possíveis mudanças no bem-estar das crianças vêm sendo amplamente discutida na literatura internacional, mas em menor intensidade no Brasil, onde a maioria dos estudos estão relacionados com os aspectos psicológicos envolvidos por trás dessas famílias ou voltado para a interação das relações familiares com o sistema educacional. Assume-se que as crianças que crescem em famílias partidas possuem desvantagens relativas em desenvolvimento e bem-estar quando comparadas com crianças de famílias intactas. Também são apontados possíveis déficits de socialização, menor rendimento escolar e a tendência de abandonar mais precocemente a escola, além de serem menos realizados quando adultos. Ademais, os pais dessas famílias tendem a apresentar menor nível educacional, indicadores de bem-estar e realização profissional quando comparados com aqueles que passam a maior parte do tempo casados (MCLANAHAN, 1985; AMATO; KEITH, 1991).

Podem-se destacar três principais hipóteses que visam explicar os motivos dos possíveis efeitos negativos: ausência parental, desvantagem econômica e conflito familiar. Nas famílias monoparentais o tempo de convívio, atenção e ajuda desprendida com os filhos é reduzido (AMATO; KEITH, 1991). Como consequência, espera-se que as crianças sejam menos motivadas, apresentando performance acadêmica reduzida e evasão escolar prematura

(MCLANAHAN, 1985), considerando que esses aspectos se mostram importantes para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos filhos (AMATO; KEITH, 1991).

O segundo ponto está relacionado com o fato de que famílias partidas tendem a apresentar condições econômicas desfavoráveis, usualmente medido pela renda ou riqueza familiar e que estão diretamente relacionadas com melhores condições disponíveis para os filhos (SILVA; HASENBALG, 2002). O divórcio tende a diminuir o padrão de vida das famílias, pois os recursos disponíveis são diluídos entre duas casas. Assim, recursos físicos acessórios à educação que facilitam o aprendizado dos filhos, como por exemplo, aulas particulares, livros, computadores pessoais e, até mesmo, um espaço físico para estudos, tendem a serem menores podendo diminuir o desempenho educacional dos filhos (MCLANAHAN, 1985; SILVA; HASENBALG, 2002).

É importante ressaltar que existem dificuldades de criar uma relação de causalidade entre os fatores de arranjos familiares, níveis econômicos e desempenho escolar, pois não é possível determinar até que ponto as decisões de educação acontecem de maneira simultânea por ambos os pais e os fatores escolhidos para os estudos muitas vezes estão relacionados não só com os recursos dos pais, mas também com os resultados de bem-estar das crianças (LAM; MARTELETO, 2006; BROWN; MANNING; STYKES, 2015; THOMSON; MCLANAHAN, 2012).

Além disso, apesar da maior participação feminina no mercado de trabalho, ainda é persistente a diferença de rendimento em relação aos homens, fazendo com que famílias chefiadas por mulheres possam ter menos recursos financeiros para despende com os filhos (HANUSHEK, 1992). Os filhos dessas famílias tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo, sendo responsáveis por ajudar a sustentar a família, resultando em abandono escolar precoce (MCLANAHAN, 1985).

Já a hipótese de conflito familiar está relacionada com os pais que passam pelo processo de separação ou divórcio. O ambiente de estresse não é ideal para o desenvolvimento das crianças, resultando em impactos negativos no bem-estar e em aspectos psicológicos (AMATO; KEITH, 1991). Além disso, é importante ressaltar que existe tendência de reprodução de desigualdades intergeracionais, onde mães que possuem *background* familiar menos favorecido tendem a passar para os filhos essa desvantagem, enquanto mães com um *background* positivo, impulsionam os seus filhos, proporcionando maiores recursos (MCLANAHAN, 2004). Espera-se que quanto maior a educação dos membros adultos da família, principalmente das mulheres

chefes da família, mais benéfico será o ambiente para aprendizado, bem como o incentivo dado aos filhos para se escolarizarem e melhor o seu desempenho (SILVA; HASENBALG, 2002).

Considerando o contexto educacional brasileiro, observa que existe uma tendência histórica de fraco desempenho educacional e o sistema educacional se mostra pouco eficiente em produzir aprovados. Como consequência, a distorção idade-série costuma apresentar altos números, ou seja, é comum encontrar um grande número de pessoas que não está na idade correta para determinada série. Dentre os principais determinantes desse baixo resultado no país, Barros et. al. (2001) aponta a disponibilidade dos recursos familiares, principalmente o nível educacional da mãe, como a variável mais importante.

Lam e Marteleto (2006) destacam que as melhoras dos indicadores educacionais no Brasil durante a década de 1990 podem estar relacionadas com a redução do número de crianças nascendo nesse período, gerando uma população em idade escolar menor do que nos períodos anteriores, e não necessariamente com as políticas implementadas no mesmo período. Quando se analisa o desempenho escolar nesse mesmo período, os resultados não são positivos. Estudos mostram que há uma queda de rendimento associada ao aumento da cobertura do Ensino Fundamental, com a inclusão de alunos de famílias que antes não tinham acesso à escola, geralmente de menor condições socioeconômicas, além da melhoria no fluxo escolar. Assim, crianças que antes não tinham acesso à escola e de background familiar menos favorável, entram no sistema, gerando uma heterogeneidade dos alunos que é acentuada pelo mercado de trabalho. Essa heterogeneidade associada à valorização de um ano a mais de estudo, são responsáveis pelas desigualdades salariais e pela renda per capita mais baixa quando comparada com a de países desenvolvidos, sendo possível observar altos níveis de desigualdade educacional e uma escassez relativa de mão-de-obra qualificada.

Tendo em vista os aspectos acima mencionados, esse trabalho tem como objetivos estudar como aconteceu as diferentes configurações familiares ao longo das últimas décadas no Brasil e analisar se existem diferenças no desempenho escolar entre os filhos de famílias intactas e partidas. Também espera analisar qual o impacto da relação entre fatores associados à composição familiar, renda do domicílio, educação da mãe, número de crianças no domicílio e características do filho, como raça, sexo e idade, no desempenho educacional.

MÉTODOS

A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A principal limitação dessa para o presente estudo é a pouca informação referente à educação dos

indivíduos, principalmente aspectos relacionados com a qualidade do sistema educacional. Os dados coletados são referentes ao ano de 2014 e foram incluídos apenas crianças de 6 a 14 anos, que mora com pelo menos um dos pais e que foi declarado como filho na condição na família.

A variável dependente utilizada foi a distorção-idade série, que representa a diferença entre a idade da criança e a idade recomendada para a série que está cursando. De forma similar, pode-se considerar a diferença entre os anos de estudos que a criança possui e os anos de estudo que deveria ter com determinada idade. Sabe-se que o ingresso no ensino fundamental no Brasil acontece aos seis anos e tem duração de nove anos. Assim, a criança deve terminar essa etapa escolar com quatorze anos, tornado possível o cálculo da distorção. Visando compreender os possíveis determinantes para a distorção, as variáveis independentes utilizadas buscam refletir as características individuais dos filhos e do *background* familiar tendo em vista a literatura existente e as variáveis disponíveis pela PNAD.

O modelo econométrico que se mostrou mais adequado para compreender as relações entre as variáveis nesse estudo foi o *Logit* (WOOLDRIDGE, 2007). O desempenho educacional das crianças, medido pela distorção idade-série, procura encontrar o percentual de alunos com anos de estudo inferior ao recomendado para a sua idade. Ao utilizar esse método, torna possível observar a probabilidade de a criança estar ou não distorcida de acordo com as características individuais, da família e do domicílio. Esse é um modelo de resposta binária e tem como principal interesse a probabilidade de resposta:

$$P(y = 1|x) = P(y = 1|x_1, x_2, x_3, \dots, x_k),$$

onde x representa o conjunto das variáveis explicativas.

A variável dependente é qualitativa e pode assumir dois valores, 0 ou 1. Para garantir que isso ocorra, assume-se a probabilidade de resposta linear em um conjunto de parâmetro β_j :

$$P(y = 1|x) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k) = G(\beta_0 + x\beta)$$

em que G é uma função que assume valores estritamente entre zero e um: $0 < G(z) < 1$, para todos os números z reais, e $x\beta = \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k$.

A função de distribuição cumulativa de uma variável aleatória logística padrão G :

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{[1 + \exp(z)]} = \Delta(z)$$

A interpretação dos coeficientes β é realizada a partir do cálculo de razões de chance, que demonstram a relação entre as probabilidades de sucesso ou de fracasso em relação ao estado

de referência. Nesse estudo significa dizer qual a probabilidade do filho ser ou não distorcido de acordo com cada variável analisada. Para tal, é necessário transformar o coeficiente baseado no seu sinal: quando positivo, calcula-se exponencial de β , que significa uma maior probabilidade de certa ocorrência comparado à variável de referência, e quando negativo, calcula-se o inverso do exponencial do valor de β , que representa uma menor probabilidade de ocorrência quando comparado à variável de referência.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram consideradas um total de 42.607 observações. A criança foi considerada distorcida se possui dois anos ou mais de diferença entre os anos de estudo que possui e os anos de estudo que deveria ter dado a sua idade. Apesar na melhora nos níveis educacionais no Brasil ao longo dos últimos anos (LEON; MENEZES-FILHO, 2002), ainda existem altos níveis de distorção idade-série. Para o ano de 2014, apenas 63,11% dos filhos possuem os anos de estudo recomendado para a sua idade, enquanto 36,89% dos filhos apresentam distorção idade-série.

A idade do filho é uma variável contínua e que permite identificar se a criança está com idade adequada dentro do sistema educacional. Considerando que a entrada no ensino fundamental está quase compatível com o total de crianças com 6 anos de idade (INEP, 2014), a permanência dentro do sistema se torna a principal preocupação (LEON; MENEZES-FILHO, 2002). Os dados demonstram que existem menos crianças nas idades mais novas, sugerindo que o país está passando pelo processo de transição demográfica. A média de idade dos indivíduos da amostra é de 10,13 anos. A média de idade dos distorcidos é de 11,26 anos e a dos que não estão distorcidos é de 9,46.

A variável sexo do filho foi usada pois alguns estudos mostram que existem diferenças de desempenho e progressão escolar entre homens e mulheres, sendo que elas costumam apresentar resultados mais positivos (BARROS *et. al.*, 2001; SILVA; HASENBALG, 2002). foi usada uma variável *dummy* onde as mulheres assumiram valor igual a um e os homens assumiram valor igual a zero. Os meninos são a maioria na faixa etária analisada, sendo 51,26% do total e representam 55,56% dos filhos que estão distorcidos. Enquanto isso, as meninas são 48,74% das observações e possuem 44,44% daqueles que estão com idade superior aos anos de estudo recomendado para a idade.

A variável raça é importante de ser considerada no Brasil, pois existem diferenças entre grupos de cor, onde negros possuem desvantagens educacionais mesmo quando controladas por variáveis socioeconômicas (SILVA; HASENBALG, 2002; RIANI; RIOS-NETO, 2008). Os

filhos declarados como não brancos são 58,37% do total e representam 64,54% dos que estão distorcidos, enquanto que aqueles que foram declarados como brancos possuem 35,46% daqueles estão nessa mesma situação.

Variáveis do domicílio e de bens de consumo, como se possui água encanada, banheiro, esgoto, microcomputador e carro e/ou moto de uso pessoal foram utilizadas por refletir as condições da família, de forma a proporcionar um ambiente mais adequado para os filhos estudarem e assim, apresentarem um melhor desempenho educacional. Também refletem de forma indireta as condições socioeconômicas da família (MCLANAHAN, 1985; NETO; MENEZES, 2010). Mais de 90% dos filhos moram em um domicílio onde possui água canalizada (92,86%) e 96,43% tem banheiro, mas apenas 50,46% tem uma rede coletora de esgoto. Quando observa os filhos que estão distorcidos e essas características do domicílio, percebe-se que 9,60% não tem água canalizada, 5,08% não tem banheiro e 55,93% não tem esgoto, podendo evidenciar que essas podem influenciar o desempenho escolar dos filhos.

Ao observar os bens de consumo, cerca de metade dos filhos tem microcomputador em casa e desses, 40,87% estão distorcidos, enquanto que 59,13% daqueles que não possui esse bem no domicílio estão na mesma situação. De forma similar, a ausência de carro ou moto em casa parece estar mais associada à distorção idade-série. Os filhos que estão com menos anos de estudo recomendado para a sua idade 64,87% não tem carro em casa e 83,38% não tem moto. Já aqueles que não estão distorcidos, não parece ter grande influência possuir carro e moto.

Em relação à renda domiciliar per capita, as categorias fornecidas pela PNAD foram redistribuídas em seis grupos de renda, onde o grupo de renda mais baixo foi omitido. O objetivo de incluir essa variável é considerar a quantidade de recursos disponíveis para os filhos dentro do domicílio, onde se espera que quanto menor for a renda pior será resultado educacional pois os pais terão menos condições de investir no filho (MACHADO; GONZAGA, 2007; SILVA; HASENBALG, 2002).

Cerca de 3% dos entrevistados não responderam a essa pergunta, sendo incluídos no grupo renda6. Por ser um grupo muito heterogêneo em relação aos seus componentes o que dificulta as análises em relação aos seus membros, porém foi incluso para evitar viés no estudo. Apenas 8,23% das observações vivem com uma renda domiciliar per capita com um valor superior à de 2 salários mínimos e mais de 70% vivem com um valor inferior a 1 salário mínimo, mostrando que existe uma grande concentração de renda no país. A maioria dos distorcidos estão na faixa de renda mais baixa, e à medida que a renda domiciliar aumenta, o percentual

dos distorcidos diminui, onde apenas 4,17% dos distorcidos estão na faixa de renda mais elevada e mais de 50% desses são filhos que estão em famílias que recebem até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

A idade da mãe é uma variável contínua e que foi inserida nesse estudo pois Wall e Lobo (1999) evidenciaram que mulheres entre 25-44 anos têm maior incidência de estarem separadas. Assumindo que essas possuem maior fragilidade, espera-se que esses filhos sejam menos escolarizados. A média de idade das mães da amostra é de 36,86 anos, próxima aos 36,69 anos de média das mães com filhos sem distorção. Já a média das mães dos filhos com anos de estudos superior ao recomendado para a idade, aumenta para 37,15 anos.

O indivíduo foi considerado como chefe de família se ela foi declarada como sendo a pessoa de referência na família (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001). É importante ressaltar que essa resposta é subjetiva, dependendo da visão da pessoa que respondeu o questionário. Essa variável foi incluída com o objetivo de observar se a mudança na forma de organizar a família que vem ocorrendo nos últimos anos, com mais mulheres se tornando responsáveis pela casa, há alguma interferência no desempenho escolar do filho. As mães chefes de família representam 36,65% do total e dos filhos que estão distorcidos, 39% são desse tipo de configuração familiar, enquanto os que não são defasados, 35,27% tem a mãe como sendo chefe da família.

A mãe foi considerada ativa se ela exerce alguma atividade fora de casa. Quando a mãe trabalha ela passa menos tempo em casa, e acredita-se que dispõe menos horas para se dedicar ao acompanhamento e desenvolvimento das crianças, e assim, elas teriam menor desempenho na escola (HANUSEK, 1992). As mães que trabalham são 65,96%, mostrando que as mulheres estão mais inseridas no mercado de trabalho. Cerca de 64% dos filhos defasados são de mães economicamente ativas e daqueles que não estão distorcidos, 67,04% tem mãe que trabalha fora de casa. A aparente não diferença entre os filhos de mãe ativa e não ativas pode ser explicada pela renda aferida por aquelas que trabalhem compensar o fato de não estar em casa acompanhando o filho, proporcionando uma condição melhor para o desempenho do filho.

Em relação à escolaridade da mãe foi utilizada a variável de grupos de anos de estudo fornecidos pela PNAD. A escolaridade da mãe é dada pelos anos de estudos completos declarados. Espera-se que filhos de mães com baixa escolaridade apresentem pior desempenho educacional quando comparados com aqueles que tem mais anos de estudo (BARROS *et.al*, 2001; SILVA; HASENBALG, 2002; MACHADO; GONZAGA, 2007; RIANI; RIOS-NETO, 2008). A maioria das mães possui mais de 11 anos de estudo (41,40%), seguido pelas mães com 4 a 7

anos (24,85%), 8 a 10 anos (18,71%) e aquelas com menos de 3 tem o menor percentual (15,04%). Conforme o esperado, os filhos que tem mãe com maior escolaridade são menos distorcidos do que os que tem mãe com menos anos de estudo. Pouco menos de 50% dos filhos com anos de estudo recomendado para a sua idade tem mães com mais de 11 anos de estudo, enquanto 30,09% daqueles que estão distorcidos as mães têm de 4 a 7 anos de estudo.

A última variável inserida no presente estudo é o tipo de família. Foram utilizados os grupos fornecidos pela base de dados e reagrupados em três grandes grupos – casal, mãe e outros -, refletindo se a família é partida ou não. Para a análise, foram consideradas apenas as famílias que têm filhos com idade entre 6 e 14 anos. Cabe ressaltar que ao considerar as famílias do tipo casal, não foi possível fazer distinção entre pai e padrasto e mãe e madrasta. A família do tipo casal representa 80,23% do total das observações e as que possui apenas a mãe são 19,17%. Proporcionalmente, os filhos que moram apenas com a mãe são mais distorcidos que os que vivem em famílias com ambos os pais. Das crianças que apresentaram distorção idade-séria, 77,97% são de famílias do tipo casal e 21,35% são do tipo mãe, enquanto dos que estão com anos de estudo adequados representam 81,56% e 17,89% respectivamente.

A tabela 1 apresenta os resultados obtidos pelo modelo econométrico.

Tabela 1

Razão de chance - Logit para distorção idade-série: 2014

Variável	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3
Constante	1,30e-06	2,25e-08	2,17e-06
Mulher	0,71***	0,71***	0,71***
Idade	12,31***	12,60***	12,61***
Idade2	0,90***	0,90***	0,90***
Branca	0,89***	0,91***	0,91***
Água	0,87***	0,93***	0,93***
Computador	0,67***	0,76***	0,76***
Banheiro	0,81***	0,85***	0,84***
Esgoto	0,87***	0,91***	0,91***
Carro	0,75***	0,80***	0,81***
Moto	0,84***	0,86***	0,87***
Renda (omitida: 0 até ¼ salário)	-	-	-

Renda2: ¼ até ½ salário	0,95***	1,02***	1,02***
Renda3: ½ até 1 salário	0,80***	0,93***	0,93***
Renda4: 1 até 2 salários	0,64***	0,81***	0,81***
Renda5: mais de 2 salários	0,42***	0,59***	0,59***
Renda6: sem declaração	0,84***	0,99***	0,99***
Idade da mãe	-	0,99***	0,99***
Mãe chefe de família	-	1,06***	1,02***
Mãe economicamente ativa	-	0,98***	0,97***
Educação da mãe (omitida: 0 a 3 anos)	-	-	-
Educação da mãe2: 4 a 7 anos	-	0,77***	0,77***
Educação da mãe3: 8 a 10 anos	-	0,64***	0,64***
Educação da mãe4: mais de 11 anos	-	0,46***	0,45***
Tipo de família (omitida mãe com filhos)	-	-	-
Casal	-	-	0,91***
Outros	-	-	1,18***
Pseudo qui-quadrado	0,1710	0,1800	0,1801
Log likelihood	- 12.882.188	-12743397	-12740866

Fonte: Elaborado a partir dos dados PNAD

2014

Coefficientes significantes a 1%*** 5%**

Foram estimados três modelos, onde em cada um foi incluído novas variáveis, com o objetivo de observar se ocorre modificações nos resultados e na significância das variáveis, de maneira a compreender melhor as possíveis relações dessas com a distorção idade-série. No primeiro modelo, foram incluídas variáveis que buscam descrever as características individuais dos filhos e do domicílio onde moram. São essas: idade, sexo, raça, renda domiciliar per capita e a presença de água canalizada, banheiro, esgoto, computador e carro e moto. O segundo modelo inclui as variáveis da mãe – idade, anos de estudo, se é economicamente ativa e se é chefe de família –, considerando a relevância dessa para o desempenho educacional dos filhos. Já o terceiro modelo, inclui a variável tipo de família que o filho está inserido visando compreender se existem diferenças entre famílias intactas e monoparentais com a presença da mãe. As variáveis explicativas utilizadas nesse estudo foram significativas para explicar a distorção idade-série dos filhos em todos os modelos.

O primeiro modelo mostra que as meninas possuem uma probabilidade aproximadamente 30% menor de estarem distorcidas quando comparadas aos meninos. De maneira geral, os estudos mostram que as meninas apresentam melhores resultados educacionais do que os meninos e são mais impactadas pela escolaridade da mãe enquanto eles são mais influenciados pela educação dos pais (BARROS *et. al.*, 2001; GOLGHER, 2016). Além disso, as meninas tendem a se dedicarem mais aos estudos e são menos propensas a evadir do sistema educacional.

A probabilidade do filho apresentar distorção idade-série aumenta à medida que a criança fica mais velha, mas ela ocorre à taxas decrescentes, ou seja, o aumento da probabilidade de estar distorcido ocorre de forma cada vez menor. A universalização da entrada no ensino fundamental (INEP, 2014), associado com os maiores ganhos de aprendizado nas fases iniciais da escola (MARE, 1979; SILVA; HASENBALG, 2002), aumenta a chance de as crianças mais novas se manterem no sistema. À medida que envelhecem, aumenta a chance de evasão, principalmente para os filhos de famílias de renda mais baixa. Além disso, quanto mais velho é o filho, maior o tempo que ele passa no sistema escolar e maior a exposição ao risco de distorção. A partir da segunda etapa do ensino fundamental, a tendência de evasão reduz, considerando que os alunos que permanecem na escola, possuem características individuais específicas, sofrendo um processo de seleção inerente ao sistema, e os resultados educacionais tendem a melhorar (LEON, MENEZES-FILHO; 2002). Corroborando com esses achados, Barros *et. al.* (2001) consideram que o aumento das taxas de evasão educacional dos filhos de idade mais avançada, geralmente está relacionada com a maior diversidade de recursos disponíveis para as crianças, principalmente relacionadas com as oportunidades no mercado de trabalho.

Os filhos declarados como brancos têm probabilidade menor de estarem distorcido quando comparados com os que foram declarados como não brancos. É importante ressaltar que no Brasil existe uma forte relação entre raça e renda, onde os mais pobres geralmente são os não brancos, e mesmo quando utiliza a renda para controlar os resultados, essa categoria ainda apresenta resultados educacionais piores quando comparados com os brancos. É importante considerar que existem vários fatores que devem ser considerados para analisar a questão racial no país. (GOLGHER, 2016; SILVA E HASENBALG, 2002).

A presença das variáveis do domicílio – presença de água canalizada, banheiro e esgoto – tem um impacto negativo na probabilidade dos filhos estarem distorcidos. Os valores são similares para essas variáveis, onde a chance de estar distorcido é cerca de 30% menor quando possui algum desses componentes no domicílio. O mesmo resultado é encontrado para as variáveis de bens de consumo – computador, carro e moto. Quando os filhos têm acesso a esses,

apresentaram probabilidades favoráveis de não estarem defasados, sendo que o computador é o que apresentou a maior diferença: a probabilidade de estar distorcido é de 33% maior para os filhos que não tem esse bem em casa. Para os que tem carro, a chance é 25% e para os que tem moto, o valor passa para 16%.

A variável de renda apresentou um resultado condizente com o esperado e já encontrado por vários estudos anteriores (MACHADO; GONZAGA, 2007). O grupo de renda omitido foi daqueles que tem a renda mensal domiciliar per capita de zero até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. A medida que a renda aumenta, a probabilidade de estar distorcido diminui. É importante ressaltar que o grupo renda6 corresponde aos indivíduos que optaram por não declarar a renda, o que torna esse grupo muito heterogêneo, não sendo possível distinguir as características dos filhos que compõe esse grupo. Apesar disso, nesse primeiro modelo, eles apresentam uma chance de 16% menor de estarem distorcidos quando comparados com os filhos de renda mais baixa, podendo mostrar que a renda pode ser um fator importante para o desempenho educacional dos filhos.

O grupo de renda que possui a menor probabilidade de estar distorcido é o de maior rendimento, com a renda domiciliar per capita mais de 2 salários, apesar de ser o grupo com a menor representatividade. A chance dos filhos estarem distorcidos é 58% menor do que aqueles filhos que estão no grupo de renda mais baixo. Leon e Menezes-Filho (2002) observaram que os indivíduos que vivem em domicílio mais pobres são mais susceptíveis a reprovação e evasão escolar, piorando os níveis de desempenho educacional desse grupo.

O modelo 2, que inclui informações da mãe, mantém a significância de todas as variáveis. Os resultados das características do filho, manteve resultado similares ao modelo 1, mas quando observa as variáveis do domicílio e de bens de consumo, é possível perceber que apesar de manter a probabilidade favorável de não estar distorcido para aqueles que possuem esses bens em casa, ela reduz, mesmo que essa seja pequena.

A variável de renda apresenta uma alteração importante. Permanece uma clara linearidade na relação entre renda e distorção, onde os filhos com a renda mais elevada têm a chance menor de estarem distorcidos. A categoria de renda não declarada e da renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salários, passam a não terem mais diferença em relação ao grupo de renda mais baixa. Esse modelo insere as características das mães, podendo significar que a presença da mãe no domicílio pode compensar o efeito da renda mais baixa para o resultado educacional dos filhos (BARROS *et al.*, 2001). Além disso, famílias monoparentais femininas buscam estratégias para suprir o

menor aporte de recursos financeiros, através do suporte de outros parentes, que incentivam boas atitudes, aspirações e bem-estar das crianças, podendo impactar o desempenho educacional (WALL; LOBO, 1999).

Quando se observa as variáveis da mãe, não existe uma grande diferença entre os filhos daquelas que são economicamente ativas e chefes de família para os filhos daquelas que não possuem essas características. O resultado mais relevante está relacionado com a educação da mãe. O grupo de anos de estudo omito é de sem instrução até 3 anos de estudo. Maior os anos de estudo da mãe, menor a chance de ter o filho distorcido. Para as mães que tem mais de 11 anos de estudo, a probabilidade do filho apresentar defasagem é de 54% menor do que quando comparado com filho de mães com até 3 anos de estudo. Esses achados são compatíveis com os descritos na teoria (BARROS *et.al*, 2001; SILVA; HASENBALG, 2002; MACHADO; GONZAGA, 2007; RIANI; RIOS-NETO, 2008).

Quando se analisa os resultados encontrados no modelo 3, observa-se que não existem diferenças significativas na razão de chance para o modelo anterior. É nesse modelo que foi inserido a variável do tipo da família, que é a base para esse estudo. A construção dos grupos para essa variável não fez distinção pai e padrasto e mãe ou madrasta devido à limitação dos dados utilizados. Porém, Golgher (2016) não encontrou resultados significativamente diferentes entre famílias com ambos os pais biológicos e de casal com apenas um dos pais biológicos. O grupo omitido nesse modelo foi a família de mãe com filhos. Apesar do grupo outros ser pequeno, ele foi inserido pois existe uma grande diversidade de arranjos no seu interior, que pode influenciar no desempenho educacional das crianças. Os filhos dessas famílias têm uma probabilidade 18% maior de estar distorcido em relação aos filhos que tem apenas a mãe no domicílio.

O resultado encontrado para as famílias composta pelo casal com filhos é condizente com o encontrado pela literatura. Os filhos que compõem esse grupo têm 9% menos de chance de serem distorcidos quando comparados com filhos de família composta apenas pela mãe. Golgher (2016) encontrou que filhos que moram com ambos os pais tem resultados melhores em português e matemática. As famílias monoparentais com a presença da mãe se saíram melhor do que as famílias com apenas o pai. Isso sugere que a mãe consegue impor uma maior disciplina e proteção aos filhos mesmo quando possui condições socioeconômicas piores.

Outros dois pontos importantes devem ser considerados ao pensar no tipo de família. Primeiro é a busca de alternativas pelas famílias monoparentais para compensar o menor recurso

econômico que eles possuem e que geralmente são ligadas ao reforço da base de apoio, usando de outros membros da família como os avós. Em segundo lugar, nos dias de hoje, os filhos estão mais propensos a sofrer várias alterações nos arranjos familiares ao longo de suas vidas, e por isso, seria importante compreender como ocorrem essas modificações no decorrer da vida escolar, considerando que a instabilidade gerada durante o processo de divórcio e separação afeta as crianças de forma diferente (BROWN; MANNING; STYKES, 2015). Não é apenas o fato da família ser monoparental que vai gerar os impactos negativos no desenvolvimento dos filhos.

CONCLUSÃO

A forma de organizar a família se modificou ao longo dos últimos anos, com um crescente número de famílias monoparentais, geralmente chefiadas por mulheres, decorrentes de divórcio ou separação, viuvez e maternidade sem casamento. Essas mudanças trazem preocupações sobre os possíveis impactos que os filhos podem sofrer, tendo em vista a importância da família na definição da identidade dos seus membros e no desenvolvimento das crianças. Filhos de famílias partidas tendem a possuir desvantagens quando comparadas com os que vivem com ambos os pais. Considerando esses aspectos, o presente estudo buscou identificar possíveis diferenças entre o desempenho escolar das crianças que moram com ambos os pais ou que moram apenas com a mãe. O desempenho educacional foi medido pela distorção idade-série, que é a diferença entre a idade da criança e a idade recomendada para a série que ele está cursando.

Os resultados encontrados foram condizentes com o descrito pela literatura existente e as variáveis selecionadas se mostraram significativas para explicar a probabilidade de estar distorcido. Possuir como características individuais ser mulher e branco, reduz a probabilidade de distorção. A idade é um fator que contribui com o aumento do número de defasagens observados. Porém a derivada da curva é decrescente com a idade, demonstrando tendência à estabilização. Isso se deve ao fato de que à medida em que as crianças ficam mais velhas, as que apresentam defasagem tendem a evadir devido a suas condições familiares e sociais, retirando as ocorrências observadas em idades menores do espaço amostral.

Quando analisa a renda mensal domiciliar per capita, crianças de famílias de renda mais baixa tem maior probabilidade de apresentarem distorção idade-série do que aqueles que estão inseridos em famílias com renda mais alta. Famílias com renda superior à dois salários mínimos, a pesar de ser a minoria do total das observações, tem chance 41% menor de ter filhos com

distorção idade-série, quando comparados com filhos de famílias de renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Ao analisar os resultados para as variáveis que caracterizam as condições socioeconômicas dos domicílios, os filhos que possuem água canalizada, computador, banheiro, esgoto, carro e moto, tem menor probabilidade de estar defasado, mostrando que o ambiente em que eles estão inseridos favorece o desempenho educacional das crianças.

O nível educacional da mãe tem um grande impacto na probabilidade do filho apresentar distorção idade-série. Mães que possuem mais de 11 anos de estudo, a chance de defasagem é 55% menor quando comparado com os filhos de mães que possuem de zero a quatro anos de estudo. Considerando que a escolaridade é um fator importante para a determinação da renda dos indivíduos, esses achados corroboram com a conclusão de Barros *et. al.* (2001), mostrando que existe um mecanismo de reprodução de desigualdades de oportunidades e de transmissão intergeracional da pobreza.

Uma questão importante a ser observada para próximos estudos é a inserção da variável do número de irmãos ou outras crianças presentes no domicílio. Esses são pontos relevantes para compreender: como se dá a diluição de recursos econômicos entre os indivíduos que moram em uma mesma casa, e a relação entre a quantidade de filhos e a qualidade dos insumos que os pais podem proporcionar aos filhos. Também deve ser considerada a presença de outros adultos no domicílio, que além da renda extra que podem proporcionar, também servem como rede de apoio.

Os valores obtidos para a variável tipo de família sugerem que os filhos que vivem na presença da mãe e do pai, apresentam uma probabilidade 9% menor de estar distorcido, quando comparados com aqueles que vivem apenas com a mãe. É importante ressaltar que o presente estudo não considera os diferentes tipos de família, de maneira a evidenciar a presença de padrasto ou madrasta nas famílias do tipo casal, ou distinguir melhor quem são os indivíduos que compõe o tipo de família considerado como outros, devido à ausência dessa informação nos dados utilizados. Pesquisas futuras devem procurar inserir os arranjos mais complexos de se organizar a família, para captar melhor as possíveis diferenças.

Os resultados encontrados foram significativos para todas as variáveis analisadas, sugerindo que essas afetam o desempenho educacional. A renda mensal domiciliar per capita mais alta e o maior nível educacional das mães, tiveram os resultados mais relevantes e impactam de forma positiva na distorção idade-série das crianças. O tipo de família parece influenciar na distorção dos filhos, mesmo considerando a dificuldade de descrever para além dos três tipos de

configurações familiares utilizadas nesse estudo. Assim, os estudos futuros devem ser mais abrangentes para investigar as relações desses achados, considerando os diferentes arranjos familiares e o papel de outros parentes no bem-estar infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Paul R.; KEITH, Bruce. Parental divorce and the well-being of children: a meta-analysis. **Psychological Bulletin**, v.110, n. 1, p. 26-46, 1991.

BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel D.; QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.31, n.1. p. 1-42, abr. 2001.

BROWN, Susan L.; MANNING, Wendy D.; STYKES, J. Bart. Family structure and child well-being: integrating family complexity. **Journal of Marriage and Family**, v.77, p. 177-190, fev. 2015.

BUCHMANN, Claudia; HANNUM, Emily. Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 77-102, 2001.

GOLGHER, André B. Household composition and school performance. XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, out. 2016

HANUSHEK, Eric A. The trade-off between child quantity and quality. **Journal of Political Economy**, v.100, n. 1, p. 84-117, fev.1992.

LAM, David; MARTELETO, Letícia. A escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte *versus* diminuição no tamanho da família. **Pesquisa e planejamento econômico**, v.36, n.2, ago. 2006.

LAM, David; MARTELETO, Letícia. Stages of the demographic transitions from a child's perspective: Family size, cohort size, and children's resources. **Population and Development Review**, v. 34, n.2, p. 225-252, jun. 2008.

LEON, Fernanda L. L.; MENEZES-FILHO, Naércio A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v.32, n.3, dez 2002.

LEONE, Eugenia T.; MAIA, Alexandre G.; BALTAR, Paulo E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.1 (38), p. 59-77, abr. 2010.

MACHADO, Danielle C.; GONZAGA, Gustavo. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.81, n.4, p. 449-478, out./dez. 2007.

- MARE, Robert D. Social background composition and educational growth. **Demography**, v.16, n.1, fev. 1979.
- MARE, Robert D. Change and stability in educational stratification. **American sociological review**, v.46, n.1, p. 72-87 fev. 1981.
- MCLANAHAN, Sara. Family structure and the reproduction of poverty. **American Journal of Sociology**, v. 90, n. 4, p. 873-901, jan.1985.
- MCLANAHAN, Sara. Diverging destinies: how children are faring under the second demographic transition. **Demography**, v.41, n. 4, p. 607-627, nov.2004.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael, Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Texto para discussão n. 788, Brasília, abr. 2001
- RIANI, Juliana L. R; RIOS-NETO, Eduardo L. G. *Background* familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.25. n.2, p.251-269, jul./dez. 2008.
- SEBEN, Gabriela. **A família em transformação: aspectos psicossociais da criança em duas distintas configurações familiares**. 2010. 65f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18(Suplemento), p. 67-76, 2002.
- THOMSON, Elizabeth; MCLANAHAN, Sara S. Refelctions on “Family structure and child well-being: economic resources vs. parental socialization”. **Social Forces**, v.91(1), p. 45-53, set. 2012.
- WALL, K.; LOBO, C. Famílias monoparentais em Portugal. **Análise Social**, v. 34, n. 150, p.123-145, 1999.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.